

# I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



## SER PROFESSOR DIANTE DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SALA DE AULA MANAUARA

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024  
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

CUNHA; PEDRO ALBERTO DA<sup>1</sup>

### RESUMO

SER PROFESSOR DIANTE DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA EM SALAS DE AULAS MANAUARAS E A AUSÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Este relato tem como finalidade destacar os pontos que considero relevantes na minha trajetória docente.

Sou professor efetivo da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC/AM) e Secretaria Municipal de Educação (SEMED/Manaus), cumprindo carga horária de 20 horas semanais em cada instituição. Minha formação acadêmica consiste na graduação de licenciatura em Matemática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) em 2008, Mestrado Profissional em Educação Matemática em 2019, na mesma instituição.

Importa destacar que seguir o caminho da educação nos dias atuais requer, mormente, um esforço colossal devido a inúmeros desafios encontrados e, mesmo com as adversidades identificadas durante o meu curso de graduação, consegui me formar.

E, de repente, eu me vi dentro de uma sala de aula, na posição de professor de matemática; devo dizer que fiquei um pouco assustado em ter que lidar com aquela nova realidade. Dessa maneira, a minha experiência adquirida como professor permitiu que eu me sensibilizasse com as problemáticas da educação que estão imbricadas no cotidiano escolar.

Outrossim, ao longo desses quatorze anos, eu presenciei muitos casos de alunos que chegavam à escola com diferentes realidades, sobretudo, a realidade daqueles com deficiência física e intelectual, assim também como aqueles que apresentavam condições neurológicas que afetam a sua forma de se comunicar, de interagir e o processamento de suas informações sensoriais.

Depois disso, o que mais me inquietou foi a falta de preparo que as escolas têm para receber esses alunos que chegam todos os anos. Ressalto aqui, que me senti despreparado para ensinar alunos que chegavam à minha sala de aula com laudos de condições como de autismo infantil. Sem saber o que fazer, eu tentava me reinventar como professor para alcançar aqueles alunos. Devo dizer que era uma realidade bastante desafiadora para mim, que não tinha nenhuma formação nem na academia nem na educação continuada que pudessem colaborar para o desenvolvimento educacional desses alunos. Refletir acerca da educação em tempos como esses é desafiador, pois permeia a construção de um pensamento complexo, aberto e livre, conectando a uma capacidade de contextualização e integração de múltiplos saberes imersos em um mundo de transformações contínuas e fluidez (Bauman, 2001).

Destaco aqui algumas experiências que adquiri, como a exemplo dos alunos que são diagnosticados com vários transtornos e que necessitam de ajuda nas unidades educacionais, assim como de um acompanhamento especializado que não apenas os assista, como também atenda à família deles, haja vista, que é uma rotina que requer cuidados com equipes multidisciplinares.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas, pedroufam@hotmail.com

Contudo, adquirir experiência com um aluno com deficiência que aconteceu no meu 3º ano como profissional de educação, em sala de aula (2012). Ocorreu numa escola estadual situada na zona oeste da cidade de Manaus. O aluno tinha Transtorno do Espectro Autista e, naquele momento, tanto eu quanto os meus colegas de trabalho não tínhamos nenhum tipo de formação para saber como lidar com um aluno dentro dessa realidade, até então nova para mim como profissional da educação.

Ademais, eu não sabia qual era o grau de suporte do aluno, nomenclatura que até aquele momento não era familiar entre nós. Recordo que, por muitas vezes, ele ficava inquieto, não fixava o seu olhar diretamente com o de outras pessoas, não tinha uma dicção clara, tinha algumas peculiaridades que eu desconhecia e, hoje sei, são chamadas de estereotípias as quais ajudam-no a autorregular o seu cotidiano.

Na maioria das vezes, ele atendia às orientações dos professores e interagiu com os colegas de turma. Nunca presenciei nenhum tipo de crise dele, embora essa situação tenha sido relatada por alguns dos meus colegas. Contudo, para que o aluno tivesse uma qualidade de vida melhor, a mãe dele estava sempre presente na escola, por muitas das vezes passava o dia com ele. Lembro que ela nos orientava bastante sobre o trato com ele. É necessário dizer que as mães atípicas são gigantes no processo de estabilizarem seus filhos dentro das suas possibilidades. Hoje percebo que foi algo desafiador para aquele aluno e sua mãe, ainda mais se tratando de uma escola de tempo integral, onde não havia nenhum tipo de acompanhamento diferenciado.

Também obtive outra vivência com alunos surdos no Centro de Jovens e Adultos situado na zona centro-sul da cidade de Manaus. Esta experiência também foi no ano de 2012, no turno noturno. Nesta escola encontrei uma outra realidade em relação à Educação Inclusiva. Esses alunos tinham intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Isto fazia com que o conhecimento ministrado fosse alcançado plenamente por esses alunos. Havia algo interessante sobre isso. Na ausência dos professores - intérpretes, os alunos surdos pediam para que eu ministrasse a aula bem em frente a eles, pois buscavam fazer leitura labial e, desta maneira, procuravam o entendimento do conteúdo ministrado.

Esta disciplina eletiva me trouxe a melhor compreensão de que o tempo de aprendizagem do aluno com deficiência é diferente do aluno regular, pois quando existe a figura do intérprete de Libras, o instrutor de braille ou professor de apoio, o caminho do conteúdo específico é diferente, ou seja, o intervalo de aprendizagem tende a ser maior na ausência destes profissionais, por isso o sistema de avaliação com esses alunos tem que ser diferenciado. Isto não significa que esses alunos não tenham a capacidade de resolver algum tipo de questão relacionada à matemática, por exemplo. Porém eles podem demandar um prazo maior para realizar determinadas atividades desta matéria, atingindo os mesmos resultados do aluno regular.

Ao encontro da legislação, lembro-me de uma experiência que tive, foi como professor mediador, no ano de 2019. Eu trabalhava numa escola da zona norte da cidade de Manaus, e o diretor daquela unidade escolar perguntou se eu tinha disponibilidade de horário para trabalhar como professor de apoio escolar, haja vista que a mãe de um aluno com deficiência cognitiva havia entrado no Ministério Público, exigindo um professor de apoio que acompanhasse seu filho em sala de aula. Para mim também foi uma situação inovadora, pois não obtive nenhuma formação para este tipo de atuação em sala de aula, ainda não havia trabalhado com essa realidade.

De toda forma, fiz o acompanhamento com este aluno durante seis meses. Nesse período, percebia que os professores da turma não ficavam à vontade, tinham um certo receio da minha presença em sala de aula. Talvez fosse por pensar que eu estivesse ali para vigiá-los ou quem sabe até para julgá-los. Certo é que tive que conquistar aos poucos a confiança deles e deixar claro que era o aluno que precisava de acompanhamento, bem como precisava da compreensão e parceria deles.

Eu percebia que havia preconceito tanto por alguns colegas como dos próprios professores. Certo dia tive que fazer uma intervenção em sala de aula, pois uma determinada professora dizia não entender porque “esse” tipo de aluno estudava com os demais alunos regulares. Ela deixava explícito o seu preconceito com este aluno. Este foi um dia muito triste para mim, pois não esperava ouvir de forma tão direta e afrontosa uma fala preconceituosa, ainda mais vindo de uma das professoras titulares da turma.

De mais a mais, com essas experiências acumuladas ao longo dos anos, tive a necessidade de adquirir mais conhecimentos que me dessem embasamentos científicos acerca da carreira docente. Com isso, procurei me aprofundar um pouco mais sobre os temas em tela e, fiz a disciplina eletiva de Formação e Capacitação de Professores e Gestores Educacionais no Contexto da Educação Especial como aluno especial de doutorado (IFAM, 2024). As temáticas “Adaptação e Inclusão” me instigaram e sensibilizaram durante o processo de

formação e também a aprendizagem destes alunos que precisam de cuidados especiais, a partir desses temas o meio educacional tornou-se desafiador para mim.

O que posso dizer sobre ter cursado a disciplina supracitada é que mudou bastante minha visão sobre a educação especial e me sensibilizou de tal maneira que fez eu querer mudar algumas das minhas atitudes como professor e, por que não dizer, como pai. Assim, é nos colocando no lugar do outro, praticando a empatia, que enxergamos a necessidade das mudanças para atender os alunos que precisam de apoio no contexto do sistema educacional de ensino brasileiro.

É necessário que nós percebamos a mudança que já está ocorrendo em nossos sistemas de ensino e, consequentemente, influenciar a sociedade como um todo. Preparar-nos e preparar os alunos para a convivência harmoniosa e respeitosa uns com os outros é o importante papel da escola inclusiva.

Com as problemáticas apresentadas no decorrer do texto, me pergunto como avaliar o aluno com deficiência? Ao encontro desse questionamento, Miguel Arroyo faz uma reflexão sobre a aprovação no ensino brasileiro.

Ele sugere que se faça uma análise desse processo de fracasso e sucesso escolar, isto é, para além dos tradicionais diagnósticos reducionistas que os identificam com supostas capacidades dos alunos e dos mestres ou com o grau de eficiência dos métodos, isolando a estrutura e o funcionamento do próprio sistema educacional (Arroyo, 1992).

Isto me leva a pensar como devo usar estratégias de ensino em sala de aula. Se determinada metodologia consegue atingir a todos de forma positiva ou até que ponto as ementas com conteúdo devem ser obedecidas, ou seja, podemos refazer o caminho para o aprendizado?

#### Referências:

BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF: Presidência da República, 2015.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 44, n. 3, e84910, 2019. Disponível em: Anais Jornada Acadêmica do Programa de Pós-graduação em Educação da Unisc <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornacad/index> [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2175-62362019000300402](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402) >Acesso em: 16 Abr. 2021.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Especial, Sala de aula, Aluno